



## Ministério Público deve se ocupar de crimes verdadeiros e não de encenações humorísticas

- O que era para ser uma simples encenação de menores retratando a desprezível actuação de agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM), particularmente os de Trânsito, acabou por se transformar na “grande agenda” dos últimos tempos para o Ministério Público em Manica. Do Ministério Público (MP), a sociedade espera respostas aos crimes que assolam o país, à grande corrupção que dilacera o Estado, e às gritantes violações de direitos humanos, e não perseguição a menores que nada mais fizeram senão expressar, através da ficção, um fenómeno que se tornou frequente no cotidiano dos moçambicanos: cobranças ilícitas e outros actos de corrupção cometidos por agentes da PRM.





ValterDanone

Tudo começou quando, num episódio descrito pela crítica artística como de uma alta performance humorística, três menores retrataram a condenável actuação de agentes da PRM, no caso vertente agentes da Polícia de Trânsito, conhecidos pelos actos de extorsão, cobranças ilícitas e outras manifestações de corrupção que praticam nas estradas moçambicanas. Num vídeo de cerca de cinco minutos, que se tornou viral nas redes sociais, três menores descrevem um cenário típico de polícia-ladrão.

Enquanto um simula conduzir uma viatura, os restantes dois posicionam-se como agentes da Polícia. Interpelam o condutor e, tal e qual a actuação da esmagadora maioria dos agentes da Polícia moçambicana, inventam uma multa que chega aos 50 mil meticais. Mas esse é apenas um pretexto para os menores, que se fazem passar por agentes, extorquirem o outro que encarna a figura de condutor.

O retrato, algo tragicómico, tornou-se num símbolo de repúdio contra a actuação dos agentes da PRM. Mas o que os artistas consideraram como sendo uma alta criação artística, caiu mal no Estado, particularmente para o Ministério Público em Manica, que encontrou evidências de calúnia e difamação contra o Estado.

Por isso, o órgão guardião da legalidade não de-

morou a lavar um processo sobre o que ficou conhecido como o “caso Válder Danone”, nome de um dos menores de seis anos que faz parte da encenação. A actuação do Ministério Público está a ser vista como uma limitação da liberdade de criação e de exploração de novos talentos. No seu esforço para encontrar “criminosos” por detrás de uma simples performance humorística, o Ministério Público refere, em comunicado de imprensa, que “colocar um menor na direcção de uma viatura constitui um crime de exposição de pessoa a perigo (...) nos termos do artigo 218 do Código Penal”, o que não deixa de ser ridículo além de ser a expressão máxima de ignorância sobre o mundo da ficção.

Mas foi nas alegações apresentadas em sede de tribunal, na terça-feira da semana passada, que o Ministério Público deixou claro o motivo da sua irritação, que não é a “exposição de pessoa a perigo”, mas a sátira contra os actos corruptos cometidos por aqueles que era suposto combatê-los.

“As crianças participantes do vídeo denotam possuírem, desde tenra idade, uma imagem pejorativa dos membros da PRM, especificamente a Polícia de Protecção e a Polícia de Trânsito que, na óptica do vídeo, limitam-se a extorquir os bens dos cidadãos”, leu Belarmina Siteo, em sede do Tribunal Judicial de Chimoio, Manica.

## Ministério Público deve responder às preocupações dos cidadãos

Quando toda uma Procuradoria está perdida numa perseguição banal a menores, o CDD faz notar que, do guardião da legalidade, a sociedade espera respostas às suas grandes preocupações, como o crime que assola o país, incluindo a violação de direitos humanos, e a grande corrupção que corrói o Estado, enquanto funcionários públicos desonestos, incluindo dirigentes, regra geral ligados ao partido Frelimo, enriquecem ilicitamente.

São vários os casos sobre os quais a sociedade moçambicana aguarda, há longos anos, o seu esclarecimento pelas autoridades. Casos como crimes de sangue, assassinatos, raptos, perseguições e ameaças contra críticos à governação da Frelimo vegetam nas gavetas da Procuradoria, sem que se veja a mesma preocupação do Ministério Público, como agora contra menores que usaram a arte para denunciar a má actuação da PRM.

Para os casos que preocupam os cidadãos, e que foram largamente denunciados, mas também visíveis a olho nu, para quem quiser, a Procuradoria não se mexe, tanto em Manica, como em outras partes do país. Pelo contrário, a instituição que devia ser o garante da legalidade finge que não vê. Quando a pressão é tanta que tem de aparecer, a entidade chega ao bizarro de sair em defesa de criminosos.

O julgamento do assassinato do activista Anastácio Matavele, o defensor de direitos humanos morto a tiro por agentes de elite da PRM, em Xai-Xai, num crime público que chocou o país e o mundo, é apenas um dos exemplos de como a Procuradoria não se importa em subverter as razões da sua própria existência. No julgamento de um crime evidentemente de Estado, a PGR abdicou do seu dever de proteger a legalidade, fazendo tudo para exonerar o Estado da sua responsabilidade solidária por ter permitido que agentes seus assassinassem um observador eleitoral, apenas porque ingrato para a Frelimo. Anastácio Matavele foi, pois, assassinado nas vésperas das eleições gerais de 2019, quando se preparava para a maior observação eleitoral, criando nervosismo naquele que é o maior bastião eleitoral da Frelimo.

Mas não é preciso ir longe de Chimoio para encontrar vários assuntos de interesse público, mais do que a simples encenação de menores. Os raptos que sacodem Chimoio, tal como vários outros centros urbanos do país, são o exemplo de como a

Procuradoria, em Manica, tal como as demais instituições do Estado, tem falhado no cumprimento do seu papel. Tal como em várias cidades moçambicanas, em Chimoio os raptos geralmente passeiam a classe na maior normalidade.

Em Chimoio são frequentes raptos de menores, casos geralmente associados ao tráfico de órgãos humanos para fins obscurantistas e outros. Mas empresários e filhos destes também estão entre as principais vítimas dos raptos. A PGR nunca consegue levar os seus mandatos ao Tribunal. Quando muito, limita-se à habitual ladainha de estar a trabalhar para esclarecer os casos.

A situação apoqueta os munícipes de Chimoio que, em Abril deste ano, chegaram a entrar em confronto com a Polícia. Furiosos e perante a ausência de esclarecimentos de quem de direito, aos munícipes de Chimoio sobrou fazer justiça pelas próprias mãos. Com efeito, destruíram, no bairro 25 de Junho, duas residências de um comerciante local, suspeito de ter raptado dois filhos dos seus empregados. Mas esse era apenas o transbordar de água no copo perante o aumento de raptos e até tráfico de órgãos humanos em Chimoio, perante um olhar impávido das autoridades, incluindo a Procuradoria.

No lugar de esclarecimentos, o Estado, através da PRM, foi disparar balas reais e gás lacrimogéneo contra os manifestantes, matando pelo menos uma pessoa e ferindo várias outras. O caso levou a um confronto Polícia-comunidade, acabando a corporação por deter 54 pessoas. É, pois, sobre a grande criminalidade e os casos de corrupção que dilaceram o país que a PGR e as demais autoridades se devem ocupar, ao invés de despender energias na perseguição de simples menores que expressaram crítica através da arte, ou em ataques ao Sindicato Nacional de Jornalistas e órgãos de comunicação.

Além do crime e da corrupção que corroem o Estado, a sociedade espera do Ministério Público respostas às graves violações de direitos humanos que se assistem todos os dias no país. Só para citar um dos exemplos da actualidade, a cidade da Beira, capital provincial de Sofala, está a ser assolada por uma onda de assassinatos. A Procuradoria, tal como as demais instituições de Justiça, reage com um silêncio ensurdecido, com o risco de tal descambar em justiça pelas próprias mãos.

## Há corrupção na Polícia e no Ministério Público

Depois de vários relatórios independentes a mostrarem que a PRM liderava o ranking da corrupção em Moçambique, em Agosto deste ano foi o próprio Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) que apontou justamente aqueles que deviam prevenir o crime, combater infracções contra a lei e garantir a segurança pública, como os que mais crimes cometeram no primeiro semestre de 2022.

Em conferência de imprensa, o porta-voz do GCCC, Romualdo Joane, disse que, no primeiro semestre do ano, a sua instituição tramitou 1.373 processos, dos quais se destaca o envolvimento não só de agentes da PRM, mas também de magistrados, membros do Serviço Nacional de Investigação Criminal (SERNIC) e funcionários do Serviço Nacional de Migração, por sinal todas instituições vocacionadas ao garante da ordem, tranquilidade pública e justiça.

De acordo com o GCCC, comparativamente ao igual período de 2021, este ano houve aumento de casos criminais envolvendo a PRM. “Acusados de prática de tipos legais de crimes de corrupção e conexos, foram deduzidos processos contra 59 membros da PRM, na sua maioria acusados de prática de corrupção passiva para acto ilícito e abuso de cargo ou função, de solicitarem ou receberem valores de automobilistas, na via pública, para não emissão de multas e/ou outras penalizações aos automobilistas”, disse Romualdo Joane.

A Polícia de Trânsito tornou-se no rosto mais visível da corrupção endémica que dilacera o país. Nas estradas moçambicanas, há casos mais bizarros de agentes que não escondem o seu desconforto quando encontram condutores completamente

documentos, uma vez que a legalidade completa não lhes dá espaço para chantagens que terminem em cobranças ilícitas. Num dos vídeos virais sobre a actuação da Polícia, um agente de Trânsito devidamente fardado e em plena via pública, interpela um condutor. Mas quando o condutor se embrenha em localizar a documentação, o agente, que carrega símbolos do Estado, trata de esclarecer que o seu propósito não tem a ver com documentos, mas com dinheiro.

“Dinheiro. Ainda procura documentos? Eu não estou para documentos, aqui. Quero dinheiro”, diz, descaradamente. Já em Setembro de 2021, um alto dirigente na corporação, no caso o Comandante do Ramo de Ordem e Segurança Pública, falou publicamente da corrupção e extorsões como actos a combater, porquanto os agentes da PRM devem ter atitudes limpas, livres de qualquer acto de extorsão ou corrupção.

“Alguns dos nossos colegas têm interpelado cidadãos e pedem um refresco. A nossa atitude deve ser limpa e branca. É preciso que a nossa camisa branca reflecta a nossa maneira de agir e a nossa maneira de actuar no contacto e na interpelação do cidadão, e não olhar, nunca, para o lado (...) Passam *mini-bus* de transporte público e lançam dinheiro enrolado e os agentes da Polícia de Trânsito vão apanhar. É possível fazermos xitique semanal de cinco mil meticais? Mas alguns elementos da Polícia de Trânsito fazem isso. Têm xitique semanal de cinco mil meticais. É possível? Não são criadores de gado. Não é criador de frango. Mas compromete-se a fazer o xitique semanal de cinco mil meticais entre colegas”, precisou Paulo Chachine.



### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autor:** CDD  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

 CDD\_moz  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

